

Parlamentares do Ceará estão envolvidos em fraudes contra o Finor

Entre os congressistas, a quem cabe a tarefa de decidir pela redução ou não do repasse de verbas a fundo perdido para o Norte e Nordeste, pelo menos quatro deputados federais de diferentes partidos e dois ex-senadores do Ceará estão envolvidos em inquéritos na Polícia Federal sob suspeita de ter comprado notas fiscais frias para obter recursos do Finor (Fundo de Investimento do Nordeste) — que consome anualmente cerca de US\$ 600 milhões do Tesouro Nacional para aplicar na região.

Segundo documento cedido ao JT, com o depoimento do vendedor de notas frias, Carlos Wendt, dado em maio do ano passado na PF do Ceará, as seguintes empresas compraram seus “serviços”: Cia. Agrícola Agropecuária, do deputado Luís Pontes (PSDB); Caucaia Industrial S/A, do deputado Ernani Viana (PSDB); Laticínio Betânia, Cia. Brasileira de Laticínios e Morada Nova Agropecuária, do deputado Luís Girão (PDT); Cia. Agrícola In-

dustrial de Itatira, do deputado Aécio de Borba Vasconcelos (PDS); Fazenda Canhotinho, do ex-senador José Macedo, e Sancho Agropecuária, do ex-senador José Afonso.

“A gerência do Finor é podre”, costuma afirmar o governador do Ceará, Ciro Gomes (PSDB), que guarda em seu gabinete uma lista com o nome de 200 parlamentares ligados a empresas favorecidas tanto pelo Finor como pelo Finam (Fundo de Investimento da Amazônia). Alguns nomes da lista, que o governador não divulga porque não se julga “investigador”, devem coincidir com os que estão na Polícia Federal. O vendedor de notas frias que chegou a abrir oito empresas para prestar o “serviço” arrolou mais de 20 empresas e quatro escritórios de contabilidade, que tratavam da intermediação. Ele recebia 2% do valor da nota. Desde o início das investigações, em meados de 1988, foram abertos cerca de 150 inquéritos.

Vicente Dianezi